

Escrevivências desde os territórios de (des)pertença que nossos pés alcançamⁱ

Paula Campos Andradeⁱⁱ

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis – SC, Brasil

lattes.cnpq.br/8361640128686744

 orcid.org/0000-0002-6436-8184

psipaulacampos@gmail.com

Andréa Vieira Zanellaⁱⁱⁱ

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis – SC, Brasil

lattes.cnpq.br/2409769589523805

 orcid.org/0000-0001-8949-0605

avzanella@gmail.com

 @percursos_revista

 /revpercursos

Para citar artigo:

ANDRADE, Paula Campos; ZANELLA, Andréa Vieira. Escrevivências desde os territórios de (des)pertença que nossos pés alcançam. **PerCursos**, Florianópolis, v. 27, e0104, 2026.

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246272026e0104>



Escrevivências desde os territórios de (des)pertença que nossos pés alcançam

Resumo

O presente artigo epistolar discute a autoria de mulheres negras migrantes articulando literatura, território e corporeidades. A carta-artigo é endereçada à Gloria Anzaldúa em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (2021). Nela investigamos a escrevivência como ferramenta de elaboração do vivido e analisamos como a escrita de mulheres negras em diáspora e/ou migração tensiona o corpo da nação do qual se veem excluídas cotidianamente. Consideramos os espaços de imersão e emersão da escrita em que memórias pessoais encontram reflexo em uma coletividade. Estas autorias ficcionalizam em diversas línguas, os nomes, mapas, fronteiras, paisagens e autoimagens inscrevendo suas histórias.

Palavras-chave: escrevivência; diáspora; migração; fronteiras.

Escrevivências from the territories of (dis)belonging that our feet reach

Abstract

This epistolary text discusses the authorship of black migrant women, articulating literature, territory, and corporeality. We investigate escrevivência as a tool for elaborating lived experience and analyze how the writing of black women in diaspora and/or migration creates tension with the body of the nation from which they find themselves excluded on a daily basis. We consider the spaces of immersion and emergence of writing in which personal memories are reflected in a collective. These authors fictionalize in various languages the names, maps, borders, landscapes, and self-images that inscribe their stories.

Keywords: escrevivência; diaspora; migration; borders.

1 Introdução

O presente artigo torna-se carta, endereçada à Gloria Anzaldúa em resposta a *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (2021)¹, texto que nos convoca e encoraja a escrever a despeito das diversas tentativas de silenciamento. Cartas são, por definição, formas de abolir distâncias:

Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um poema longo. Eu tentei torná-la num ensaio, mas o resultado foi madeira, frio. Eu ainda não desaprendi as merdas esotéricas e pseudo-intelectualizadas da lavagem cerebral universitária em minha escrita. Como começar de novo. Como chegar perto da intimidade e da proximidade que quero. Que forma? Uma carta, óbvio (Anzaldúa, 2021, p. 44).

Buscamos com esta carta abrandar algumas delas: entre nós e quem nos lê, entre linguagem acadêmica e a cotidiana-poética, entre oralidade e grafia, entre nós e as nossas autoras de referência. Beatriz Nascimento, poeta, historiadora, mulher da imagem, em seu documentário *Ôrô*² (Gerber; Nascimento, 1989, grifo próprio), narra em referência à dança³: “o homem negro não pode estar liberto, enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo”. Aqui aproximamos do campo da escrita: com certas escritas experimentamos no gesto, autoria, em outras palavras, liberdade.

Explicitando o percurso analítico, o texto é fruto das reflexões de uma pesquisa de dissertação em Psicologia Social da Universidade [ocultado]. A dissertação foi defendida a partir da pergunta: como mulheres negras do lado de cá e de lá escrevem a diáspora e a migração? Seguido do objetivo geral: investigar a escrevivência de mulheres negras por intermédio de oficinas de escrita em Florianópolis e Lisboa. A mestranda, na

¹ Ensaio epistolar publicado originalmente em 1981 em “This bridge called my back: writings by radical women of color” com uma primeira tradução para o português em 2000 na Revista de Estudos Feministas. No artigo dialogamos com a versão traduzida por Tatiana Nascimento na edição da Bolha (2021).

² Lançado em 1989 e dirigido por Raquel Gerber, com narração e roteiro escritos por Beatriz Nascimento. Percorre a história do movimento negro brasileiro entre 1977 e 1988 e combina imagens poéticas, testemunhos e reflexões sobre corporeidades negras e a concepção de quilombo segundo Beatriz.

³ Na persistência, segundo Beatriz (1989) do quilombo, nos terreiros, bailes black, escolas de samba.

altura, desenvolveu grupos de escrita para o público de mulheres negras migrantes nas cidades de Florianópolis e Lisboa graças à bolsa CAPES Abdias Nascimento.

Ao longo da carta discutimos a compreensão de que alguns corpos – elegemos o recorte de mulheres negras migrantes – mesmo que vinculados aos seus territórios de origem e deslocamentos, são cotidianamente advertidos de que não pertencem ao corpus da nação. Para isso, mesclamos a escrevivência de uma das autoras no seu percurso de mulher negra migrante e pesquisadora com autoras que articulam os temas da literatura, território e corporeidades.

Criamos um encontro entre a psicologia social crítica e a escrevivência como operador teórico-metodológico (mas antes vivencial). Em *Perguntar, Registrar, Escrever: inquietações metodológicas* (2013), Andréa Zanella, propõe uma reflexão sobre a escrita na pesquisa em psicologia social e educação estética. A obra de Zanella está inserida no campo da psicologia social crítica em diálogo com a tradição da psicologia histórico-cultural. Nela delineia: a escrita como mediação, transformação e lugar de implicação ética; a crítica ao formalismo acadêmico e à separação entre sujeito e objeto; a centralidade da escuta e da reflexividade nos processos de registro; a valorização da autoria situada e das narrativas como produção de sentido.

Quando falamos em escuta aqui, pensamos no percurso de escuta clínica de uma das autoras desde a graduação com pessoas imigrantes e refugiadas; à escuta referida por Zanella (2013) produtora de uma ética do encontro em que a escrita não fala sobre, mas com; e à escuta do campo (ou o assunto, termo privilegiado de Conceição Evaristo) que é condição essencial para que a escrevivência aconteça.

A escrevivência propõe uma renovação epistemológica da pesquisa em psicologia social, pois a escrita não fala sobre e, além de falar com, é desde o seio da experiência de mulheres negras que a redação ocorre. Isso não é o mesmo que dizer que é uma escrita autobiográfica – nenhum dos romances de Conceição retrata a vida da autora – mas a inscrição da diáspora na escrita.

Defendemos que para abarcar a sensibilidade da experiência de mulheres negras é necessário um giro epistemológico. Epistemologia é o estudo do conhecimento. Escolhas epistemológicas indicam o horizonte de nossas pesquisas, para quem e para quê

serve o que pesquisamos. E por quais conhecimentos navegam nossa pesquisa? Nos ancoramos na escrevivência como princípio teórico-metodológico (Felisberto, 2020) no pensamento feminista brasileiro de Beatriz Nascimento (1989) e Lélia Gonzalez (1984) e fronterizo de Gloria Anzaldúa (2021, 2016). As autoras alfinetam as intersecções entre raça, gênero, classe e território. As suas contribuições nos ensinam que não precisamos nos voltar sistematicamente às referências estadunidenses. Os referenciais teóricos do texto são de sítios geograficamente diversos de forma a visualizarmos em um mapa, a teia das diversas origens, áreas, línguas e deslocamentos.

A autoria de mulheres negras que embasam este trabalho abrange um corpus literário majoritariamente produzido no eixo afro-luso-brasileiro, mas também conversamos, por exemplo, com Saidiya Hartman desde os Estados-Unidos, Dionne Brand de Trindade e Tobago, residente no Canadá e Gloria Anzaldúa, chicana. Falar do espaço afro-luso-brasileiro é remeter ao projeto de investigação Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro da Universidade Nova de Lisboa em que uma das autoras participou como bolsista Abdias Nascimento⁴ (Rendeiro; Chaves; Oliveira; Manjate, 2025). Pensar sobre os fundamentos do nosso trabalho, significa traçar uma cartografia subjetiva trançando movimentação territorial, teórica e afetiva em conversa com autoras situadas em diferentes espaços da afrodíáspora que contam sobre ela. São territórios que criam inquietações, identidades plurais, mas carregadas de elos e semelhanças.

2 Querida Gloria, companheira no escrever

16 de novembro de 2023,

Querida Gloria, companheira no escrever,

Quero uma casa em que eu possa me sentar, nua sob o sol, máquina de escrever contra os joelhos, como você descreve. “Corto todas as cebolas da casa, arrasto os móveis, incenso.” Canto toda fa-tal “eu sou uma fruta gogoia”, passo café e estendo as roupas no varal. No sol, os grampos sempre faltam. Minha casa se faz casa nestes instantes, nos

⁴ Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES) – em homenagem a Abdias do Nascimento (1914-2011), artista, professor, político e ativista do movimento negro – que oferece bolsas de mestrado e doutorado sanduíche.

momentos que nascem de sua arquitetura, em seu ventre. Uma mesa de café da tarde, uma risada gostosa, uma mão abanando mosquito, nas sete colheres (ou mais) de açúcar que minha vó põe no café. Seu açúcar com café com leite. Gostaria de dizer que ela adoça meus passos, mas nosso abraço é emperrado, igual ao portão de casa, precisando de óleo, maciez. Macia é sua carta no meu colo. O seu texto convida, convoca, produz encantaria. Não respondo pelas mulheres escritoras do terceiro mundo, teço nesta carta que te escrevo os meus encontros e desencontros com a escrita-vida. Aqui, faço das palavras de Conceição as minhas:

Só falarei do brilho das estrelas, das árvores frondosas que habitam determinada esquina e debulharei as palavras, da sua raiz até suas derivações, se tudo me vier agarrado à vida. Nem precisa ser só a minha vida, pois me é fundamental a vida das pessoas em meu entorno. Das pessoas, em particular da minha gente, das que estão aqui e agora, das resguardadas tanto pelo passado recente como das que moram no fundo dos tempos (Evaristo, 2022, p.10).

A carta que te endereço é registro vivo de um corpo no mundo diaspórico em trânsito, escrevivência de uma mulher negra migrante. A escrevivência é uma escrita de si? Uma narrativa de si tem como base o mito de Narciso. Não é o nosso rosto que é refletido na água, nem tampouco pretendemos nos perder na contemplação. A escrevivência como princípio conceitual-metodológico se distancia de métodos autobiográficos, ao beber dos mitos afrobrasileiros, em particular os espelhos de Oxum e Iemanjá. Oxum, rainha dos rios e cachoeiras, ao mirar-se em seu abebê que também é uma arma, olha para dentro, não em um movimento meramente vaidoso como no mito de Narciso, mas de cuidado e reconhecimento como estratégia de enfrentamento. No abebê de Iemanjá é refletido os seus filhos e filhas. Um espelho revela a importância de um reconhecimento da beleza negra, o outro, a história de uma coletividade (Evaristo, 2020).

É um conceito mobilizado por Conceição Evaristo para retratar a escrita de mulheres negras. “Insinuo, apenas, que a literatura marcada por uma escrevivência pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta con(fusão) não me constrange” (Evaristo, 2022, p. 12). Escrevivência é o compromisso com a vida, retratada na sua forma escrita. Um compromisso com aquilo que incomoda e

vivifica as pessoas no cotidiano, sobretudo as pessoas negras. Ao mesmo tempo em que nos presenteia com um retrato elaborado da cultura brasileira e diaspórica, Conceição escreve desde o que há de mais íntimo:

O texto de Conceição Evaristo alarga o colo e o suspense das rodas de conversa noturna. [...] abre asas enlaçando miudezas de africanias e estruturas gastas e corrosivas de Brasis que, seja nos litorais, nos interiores montanhosos, nas matas enluradas, nos mangues cercados ou nas escribas cimentadas, por tantas vezes nos lembram Soweto e Mississipi (Rosa, 2016, p. 7).

Allan da Rosa abre o livro *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016) com sua descrição de como os escritos da autora o tocam. Me sinto tocada de volta, pois descreve em um mesmo trecho, percepções que também me atravessam ao lê-la: acalanto que um colo pode dar; a oralidade que rege a contação de histórias; o alcance de Conceição das miudezas da cultura afro-brasileira; a maneira ardilosa de dizer da violência fundante da sociedade brasileira; a atenção cotidiana daqui e extra mar da poética dela. É a humanidade que está em jogo e por isso, toca naquilo que há de humano em toda a gente. A obra dela esmiúça desde o miolo da palavra, escrita e falada até o seio do corpo. Lembro aqui da obra de Rosana Paulino, *Assentamento* (2013), em que ela escolhe bordar em uma das fotografias de mulheres escravizadas, um coração. Nesse ato, ela humaniza.

E de que corpo estamos falando? O deslocamento forçado de pessoas de África para o solo brasileiro produziu fragmentações históricas e subjetivas. Os silenciamentos estão na base dessa fragmentação, desde o calar na sua forma mais evidente pela violência física às formas mais sofisticadas de impedir que se fale a própria língua e dos seus. A partir da escuta e da escrita, são produzidas costuras, quizá, enraizamentos. Costuras que criam corpo. Uma das tarefas que temos enquanto pessoas negras diaspóricas é recriar um corpo que faça sentido para nós, seus contornos, texturas, sua voz. Como habitá-lo? E como tornar uma língua habitável? São algumas perguntas que decorrem deste mapa.

Situo os lugares de nascimento de minha escrita. Algumas travessias a compõem. Uma primeira, gravada em nós, pessoas negras da diáspora. Outra da migração de minha mãe nos anos 90 para estudar e trabalhar em Barcelona, onde eu nasci. Na condição de

mãe solo, mulher negra e brasileira na Europa, enfrentou marés difíceis de inscrever em palavras e que permanecem nos nossos corpos. De minha mudança, criança, da Espanha para o interior da França, só me recordo da transição das cores, calorosas para frias – variação inscrita em minha voz. A vinda para o Brasil produziu rupturas e possibilidades de nomeação. Colocamos a vida em caixas, escolhemos o que levar, o que deixar e convivemos com a saudade, agridoce.

Do ponto de vista psíquico, a língua materna é o principal vetor de transmissão dos saberes e práticas de cuidado, assim como o principal agente de preservação dos vínculos. É o que acalanta, protege e esboça possibilidades de vida. Acalanta no sentido de oferecer caminhos de vida conhecidos, mas não necessariamente seguros para a vida do sujeito (Martins-Borges, 2019). O que quer dizer que a língua originária da pessoa estrutura relações, modos de fazer que, por mais familiares que possam soar, também podem agredir sua identidade.

Sair do seu lugar de origem implica, muitas vezes, em precisar se “recontar”: contar de onde vem e explicar o que soa corriqueiro, mas que pode assumir uma complexidade em outro contexto. A migração promove rupturas: é deixar o conhecido e lançar-se ao desconhecido. Assim, enredado na rede simbólica do outro, do país de “acolhimento”, o imigrante reaprende a caminhar na busca por serviços de saúde, trabalho, assistência social e relações afetivas. Durante processos migratórios, subjetivamente, há um descompasso entre o mundo interiorizado e o novo lugar onde se habita, o que pode gerar desalento e ressentimento (Martins-Borges, 2019). Cabe, aos agentes que representam o novo lugar de acolhida, não pedir que o imigrante abdique dos próprios referenciais para se adaptar.

A imigrante traz consigo o seu lar, ou seja, o que lhe foi transmitido. Para além do sofrimento individual, é tomada por acontecimentos coletivos possivelmente traumáticos, como vemos no caso da população haitiana após o terremoto de 2010 (Barros, 2016) que se somou à destruição deixada pela colonização. No Brasil, por exemplo, a imigrante haitiana pode vir a entrar em contato com o que constitui e continua assombrando o país, sua história colonial e de escravização.

Karine de Souza Silva e Pâmela Samara Vicente Moraes (2021), evidenciam a generalização da pessoa imigrante nos estudos migratórios e na nova Lei de Migração de 2017. A falta de reconhecimento da mulher migrante como um corpo político que participa ativamente da desconstrução das fronteiras nacionais relega essas cidadãs a um estereótipo passivo e exclusivamente dependente de um ser masculino – seja marido, pai ou irmão. Não reconhecendo as particularidades da migração feminina e suas motivações – que muitas vezes é a busca pelo direito de vida digna –, a lei permanece invisibilizando os desejos de milhares de mulheres. É gritante a invisibilização de mulheres negras e indígenas no campo da migração. A Lei de Migração não prevê ações afirmativas, garantindo uma estrutura racista patriarcal no acesso à cidadania e bem viver. Se historicamente e nos registros oficiais não são consideradas, menos ainda são suas histórias contadas por elas mesmas.

*Afro'style Aida, 62 Avenue Sadi Carnot, 26000, Valence, France*⁵. Um dos lugares de nascimento de minha escrita. Lembro das incontáveis horas passadas no salon afro com minha mãe. Lembro da sensação de adentrar um mundo à parte. Lembro de escutar histórias sobre casar com branco e a assimilação assombrosa dos filhos ao francês. Lembro de mim, menina sentada, vendo toda sorte de cabelo esticado. Lembro da profusão de línguas, das peles negras refletidas em espelhos e das branquíssimas folhadas horas a fio em revistas. Se saíamos de lá com o sentimento de pertencer, eu não me lembro.

Outra cena. Eu menina, mastigando cereais antes de ir para a escola, mais uma manhã os olhos grandes a encarar a imagem de um homem negro de expressão abobada. Um cartaz publicitário racista pendurado como decoração na cozinha: “Y’a Bon Banania”. Anos mais tarde, eu adulta, os mesmos olhos fitando a mesma imagem, no alto à direita da capa do livro *Pele negra, máscaras brancas*.

Me reconheço na afirmação de “ser atlântica” de Beatriz Nascimento (1989). Ela parte dos seus próprios movimentos migratórios. Maria Beatriz Nascimento nasceu em 1942, em Aracaju, Sergipe, e migra para o Rio de Janeiro com a família. O seu movimento de migração do campo para um grande centro urbano inspira seus escritos. Historiadora

⁵ Grifo, em itálico, as palavras em outras línguas que o português.

e expoente do movimento negro brasileiro contemporâneo, a intelectual negra se dedica à poesia nos anos 80. Beatriz, teoriza, atua e reivindica nos anos da ditadura civil militar. Em um momento em que o argumento da classe social é o considerado na academia, ela está na linha de frente a pautar que a questão racial no Brasil é a tragédia a ser analisada.

Para Beatriz Nascimento (1989), o principal documento da travessia forçada é o corpo. Não somente o corpo pelos seus traços – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – os traços que indicam uma ascendência são os mesmos alvos de racismo –, mas o que é inscrito transgeracionalmente neste corpo. Na obra de Beatriz Nascimento há uma preocupação com a redefinição corporal da pessoa negra que sente a perda da sua imagem. No curso do seu desenvolvimento, ao ver refletido no espelho um corpo negro, não se reconhece, pois o ideal é encontrar ali uma pessoa branca. A pessoa negra, assaltada pela necessidade de corresponder a um ideal que ela não pode ser, perde-se daquilo que é seu, o seu corpo e sua história (Ratts, 2007).

O conceito de corpo-documento de Beatriz Nascimento chama para olhar para esse corpo e reconhecer seus contornos, ler este documento que memoriza a sua história. A proposição da autora é entender o corpo como sítio privilegiado de memória. Ao se deslocar, “o corpo negro suporta dois continentes de memória, além de ser guardião da memória, o corpo é a matéria a ser utilizada e buscada” (Reis, 2021). Isso nos leva a pensar como cuidar deste documento. Como lê-lo? Como resguardá-lo?⁶

No pensamento colonial, a figura do escravizado é apenas uma ferramenta, em cujas partes do corpo podem ser usadas; é um corpo sem história, sem religião, sem língua. É um corpo silenciado de diversas maneiras, sejam elas através de máscaras ou táticas de silenciamentos mais atualizadas. Há a perda da própria imagem, um processo de alienação e de sensação de exílio. Na promessa de humanização, a pessoa negra faz de tudo para se adequar às normas da branquitude. Beatriz não só vai dizer que a pessoa negra tem história e língua. Ela vai abrir uma fenda na historiografia do Atlântico dando dignidade aos conhecimentos não escritos indicando que neles estão as chaves para a busca de resistência à opressão no presente.

⁶ Perguntas lançadas nas aulas de Feminismos Negros com a Professora Doutora Alexandra Alencar, docente em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nascimento aparece como uma figura distante da subserviência esperada do que é ser uma mulher negra na sociedade brasileira: de ser contada pelo outro. E promove uma revolução historiográfica. A autora estuda em um contexto em que o estudo do negro era representá-lo como escravo. A questão do seu trabalho é a humanização da pessoa negra, da pessoa afrodiaspórica, tomada apenas como objeto a ser estudado e não como sujeito de sua história.

O esforço de Beatriz é o de produção de continuidade psíquica nas linhas cindidas da história. Há uma geopoética implícita na obra dela que nos permite, mais adiante, desenhar rotas de cuidado. Há uma proposta de transatlanticidade em Beatriz Nascimento não citada no *Atlântico Negro* de Paul Gilroy (2001): uma proposta de uma mulher do Sul Global que inclui o Brasil, dimensões afetivas poéticas e espirituais no mapa. A espacialidade está presente no imaginário crítico e poético ao longo de toda sua obra.

Nascimento revolve também o mar na busca de sentidos de continuação. O esforço da sua ontocrítica, desde o “soul do negro” vai de encontro às formas reducionistas e objetivadas através das quais os negros no Brasil eram estudados. Não é que Beatriz tenha dado conta de pensar um *Atlântico negro* mais apropriado, mas ela antecipa uma leitura desde o Brasil, a partir da sua condição de mulher negra, teórica e poeta. Ressalto que a condição da sua proposição é fazer elos entre territórios, então não se restringe ao Brasil.

É quando ela mobiliza o conceito de quilombo que ela demonstra a atlanticidade na sua obra, inaugurando conexões de territórios de resistência. Ela começa a se interessar pelos quilombos desde uma geografia pessoal, a partir da transmigração, quando faz referência aos seus movimentos migratórios da saída do interior de Sergipe para o Rio de Janeiro. Transmigração, que ela nomeia como o movimento de saída do campo para a cidade, das fazendas para os quilombos. A pergunta de fundo de Ôrí (1989), e do aprofundamento teórico do quilombo é a recuperação da autoestima, a recuperação do direito à terra. Somada às pautas da luta por direito à terra da população quilombola, nos convoca a pensar onde habitar enquanto corpo negro na terra.

Luz de farol para nossas travessias é a primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense que publicou *Úrsula* em 1859, o primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa e, possivelmente, o primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina. Na mesma medida, mais de um século após a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), a entidade elegeu em 2025 a primeira escritora negra Ana Maria Gonçalves, autora do livro *Um Defeito de Cor*. Um reconhecimento tardio, impulsionado pela campanha de Conceição Evaristo em 2018, com ampla participação popular, mas que na altura não resultou em sua eleição. *Um Defeito de Cor* é uma obra que conta a história do Brasil sob a perspectiva de uma mulher negra na voz autora e narradora. Kehinde é uma personagem transatlântica e transmigrada. Ela sai fugida de sua cidade de origem de Savalu, parando em Uidá. Na cidade litorânea de Uidá, Kehinde é colocada forçadamente em um navio negreiro, o qual desembarca na Bahia. Em terras brasileiras, ela se desloca por várias cidades até que resolve voltar para África e depois regressar ao Brasil (Ferreira; Caronieri, 2020). Depois de liberta, empreende migrações em busca identitária pelas rupturas que a perseguem.

A África foi apropriada pelas pessoas diaspóricas, foi costurada uma representação entre o que foi transmitido pelos antepassados e sincretizado com as histórias coloniais impostas. Rachar os “navios negreiros” – aqui metáfora para a falência da colonialidade – e a busca das rotas africanas na cultura brasileira é uma de nossas preocupações. A cultura não é só um “escavar” as nossas origens, mas uma produção permanente. Cultura é substrato para o que está por vir, pois a partir do que nos é transmitido, nos definimos e nos movimentamos. Para Stuart Hall: “[...], não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente” (2003, p. 44).

Sempre gostei de observar a vida desde soleiras. Soleiras de porta são familiares para quem vive numa condição de fronteira, não é Gloria? Nem branca o suficiente, questionada na sua negritude, nem europeia o suficiente, tampouco brasileira. As tuas leituras (2021; 2016) e de Djaimilia Almeida (2022) servem-me de espelho. Você, de origem pobre e campestre e autodeclarada chicana, lésbica e ativista política, experiencia desde muito cedo as tensões que envolvem seu corpo. Você se define como “*mujer de frontera*”

(2016, p. 35), um território desconfortável de habitar, pois é lugar de contradição. Não abraça o aconchego que algumas leituras sugerem, uma promessa de reencontro com os seus, suas origens, seus ancestrais e pertencimento totalizantes. Sem romantizações, você tensiona todos os espaços com que faz fronteira:

Enajenada de su cultura madre, sintiéndose «ajena» en la cultura dominante, la mujer de color no se siente segura dentro de la vida interior de su ser. Paralizada, no es capaz de reaccionar, su rostro atrapado en los intersticios, los espacios entre los distintos mundos que habita (Anzaldúa, 2016, p. 61).

Mesmo que de contextos diferentes, a condição identitária narrada por você, Gloria, me lembra a contada por Djaimilia Almeida em *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo* (2022). O ensaio da autora sobre sua experiência de escritora negra angolana e portuguesa crescida em Lisboa na família branca do pai, evidenciam como a cor de pele a situou em um não lugar. É na negação do pai da negritude de sua filha que ela vive o processo de tornar-se negra de forma solitária, ou como ela própria afirma, “De tanto escrever, a minha negritude fez-se palavreado longe das coisas. A minha negritude é drama cerebral e não festa do quarteirão, não sábado à noite. Tornei-me negra no meu quarto” (Almeida, 2022, p. 12).

É também através de sua escrita que ela recupera a complexidade de interioridades negras expropriadas pelo domínio colonial:

Estou hoje muito longe de chorar a saudade da minha mãe e da minha terra. Longe de essa saudade me martirizar e me derrotar. Mas inclino-me para ela como quem perscruta uma coisa concreta que explica tudo e se mantém, no entanto, misteriosa. Trago em mim o caroço desse mistério, por desconhecer em que medida me fez quem sou, tanto transporto o mistério que é a minha mãe (Almeida, 2022, p. 7).

Neste excerto, a autora não trata de uma “saudade de sua terra mãe”, mas adiciona nuances nos imaginários sobre pertencimento de pessoas desterradas. Aqui, a saudade é constituinte de interioridade e material de escrita, mas não utópica. Não utópica na medida em que, para a autora, o pertencimento não reside no lugar de origem,

mas é uma busca sem aparente resolução. A migração de Luanda para Lisboa, a percepção de se ver estranha no lugar de nascimento por passar a corresponder à cultura portuguesa e, por outro lado, os efeitos da cor de sua pele e seu cabelo não corresponderem ao ideário de cidadania portuguesa é que se tornam alavanca para se tornar escritora.

Aproximo com cautela o sentimento de saudade de Djaimilia com o de Saiydia Hartman (2021). Em Saiydia, há também uma reflexão sobre a frustração em “perder a mãe”. Em referência a perder a terra mãe nas rupturas que envolvem as travessias do tráfico transatlântico de pessoas africanas. No caso de Djaimilia Almeida, escritora portuguesa, a saudade com relação ao que deixou “lá” não é a mesma. Ambas escrevem sobre como a saudade é germe da escrita, mas enquanto uma carrega em si a experiência da dispersão provocada pela colonização nos séculos XVI e XIX, a outra é vinculada à diáspora contemporânea, resquício dos processos coloniais e de independência de Angola entrando no contingente de imigração africana das últimas décadas em Lisboa.

A semente de minha escrita, localizo no meu primeiro contato com a poesia no Brasil. Quem me mostrou foi minha tia Zê, em um momento em que tudo me parecia desconfortável, desconhecido, estranho, inclusive a minha língua materna. Tia Zê me apresentou Cecília Meireles. Li com olhos d’água⁷, iniciando a minha reconciliação com o português, língua que minha mãe insistia em me transmitir, mas que eu não retribuía, absorta na dura tarefa de me sentir pertencente nos países em que migrei pequena. Anos depois eu entendi que por não ser branca, a despeito de todas as tentativas, eu não seria reconhecida como pertencente a esses lugares. Me reconheço em você, Gloria, também falo em línguas:

Sucia

Minha mãe me contou que um dia, ainda menina, voltei
chorando da escola.

me chamaram de *sucia*,
negra.

Na mesma semana, ela me trocou de escola.

⁷ Expressão conhecida pelo título do livro de Conceição Evaristo “Olhos d’água” (2014).

O que ninguém contou para minha mãe,
é que não existem mudanças, andanças, peso das malas, travessias,
fronteiras,
mapas a enfeitar as paredes,
caixas e caixas a enfeitar o chão,
passaportes, espanhol, francês, brasileiro, português,
que nos façam menos negras.
e o desejo pela brancura queima, *mamá, maman*, mãe
- lembra de como queimou nosso cabelo?
tantas e tantas vezes os olhos fixos no espelho
encarando a promessa de humanidade
virar fumaça.
(autoria própria)

Foi naquela noite, sentada no sofá com a minha tia, que percebi possível nomear nessa língua (português), não só palavreá-la como senti-lá, ser reconfortada por ela. Revisitando esse momento, me pergunto: o que faz com que duas mulheres negras, de gerações diferentes, tenham como referência apenas escritoras brancas? Mulheres negras sempre estiveram compondo, criando, desafiando por meio da própria escrita. O que faz com que tomemos conhecimento delas só anos mais tarde? Crescemos alienadas às produções das nossas, impelidas a admirar corpos e histórias que não nos refletem, na ilusão de escapar do racismo. Tempos depois, minha tia me incentivou a cortar meu cabelo alisado e iniciar o processo de transição capilar.

Beatriz Nascimento (1989) narra a experiência da diáspora africana como “A experiência da *perda da imagem*. A experiência do *exílio*” (ORÍ, 1989, grifo próprio). Ela articula dois termos, transmigração e transatlanticidade, dando lugar às especificidades da migração de pessoas brasileiras descendentes de africanos e africanas. Transmigração põe em relevo as migrações “da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste” (Ratts, 2006). Transatlanticidade é o transplante de culturas africanas para as Américas, formando uma cultura transatlântica. São noções que caminham juntas para contar da experiência de corporeidade e migração de descendentes da diáspora no Brasil. Indica uma vivência de deslocamento não só de um ponto do mapa para o outro, mas entre posições sociais, culturais, subjetivas e espirituais.

É, na continuidade do pensamento de Ratts (2006), abordar a questão racial sob a ótica da travessia, do deslocamento.

Travessias envolvem rupturas. Saiydia Hartman, em *Perder a Mãe* (2021) escreve sobre a condição de orfandade como mulher negra estadunidense. A captura, migração forçada e escravização de pessoas africanas produziu rupturas históricas e subjetivas. Saiydia vai para Gana estudar a rota do tráfico transatlântico e se vê no lugar de estrangeira. Nos Estados Unidos, onde nasceu, denuncia as condições desiguais de acesso à direitos basais desde o período colonial. “Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão, senão para incitar as esperanças de transformar o presente?” (Hartman, 2021, p. 213-214). Ao atravessar o Atlântico em busca de preencher lacunas da (sua) história, mescla escrita ensaística e narração pessoal da viagem. O seu corpo é tomado como testemunho da separação entre “os daqui” e “os que foram”:

O que é inaugurado no comércio triangular transatlântico, diferenciando-o de outros sistemas de escravização, é o conceito de raça. Volto meus pés em terra firme no Brasil. Justificativa para o empreendimento colonial, o racismo, nascido em contexto europeu, operou por meio da essencialização de aspectos fenotípicos, hierarquizando pessoas em categorias raciais (Munanga, 2004). No racismo à brasileira, a democracia racial, mito fundacional da identidade brasileira, sugere que a partir da miscigenação não existiria racismo no Brasil. Cria-se no discurso uma falsa harmonia entre as “raças”, quando na verdade a miscigenação parte de um projeto intencional de embranquecimento da população.

Pode-se citar como efeito dessa concepção o argumento de que não são necessárias ações afirmativas. O que reina no imaginário é de que descendentes de europeus que vieram para o Brasil, incentivados pelo Estado brasileiro, prosperaram somente graças ao seu esforço e “conhecimentos avançados”. Quando olhamos os registros da época, entendemos que houve políticas de subsídios e incentivos (descontos para transporte, porcentagem mínima de imigrantes em fábricas etc.) para substituir as pessoas africanas escravizadas. Apesar do contexto difícil em que vieram, os imigrantes europeus, em particular os de origem alemã e italiana, foram privilegiados no processo de inclusão em solo brasileiro. Olhando por essa perspectiva, sempre existiram cotas no país, mas para pessoas brancas (Bento, 2002).

O que há de estratégico na falácia da democracia racial é a falsa possibilidade de apaziguar os tensionamentos raciais. A pretensa harmonia da sociedade brasileira e a imagem do brasileiro como acolhedor, a depuração da violência fundante da constituição do país mantém os privilégios da branquitude e autoriza as diferentes formas de assujeitamento (Hasenbalg, 2005; Schucman, 2012).

Com as mulheres negras se acentuam duplamente os efeitos da marginalização da pessoa negra do processo de desenvolvimento nacional. Se olharmos para a condição da mulher negra brasileira, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) descreve o racismo como “a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” que, enlaçado ao sexismo, tornam a violência como parte do cotidiano da mulher negra. A autora destaca que durante o período colonial brasileiro, quem exerceu a função materna foi a mulher negra escravizada, portanto, nossa sociedade, é construída sob a transmissão da “mãe preta” (Gonzalez, 1984).

18 de novembro de 2023,

Chuva mansa lá fora, do jeito que você ama. Gloria, Glo-ria. Repito teu nome incontáveis vezes para sentir o gosto em minha boca. O teu nome representa o que me foi roubado e quero recuperá-lo. Soa familiar, me seguro para não te chamar de Glorita. Na primeira vez que migrei, aos seis anos, nossa vizinha Gloria, por sorte falava minha língua (espanhol). Cuidou de mim como uma neta. Os seus dedos mergulhavam em terra o dia todo, semeavam, podavam, embalavam, aninhavam e só se recolhiam ao anoitecer. Eu brincava no jardim o dia todo, imaginando mundos. Gloria, Glorita, hoje te celebro em quintais, mordendo da fruta mais madura, até dar pé. Nas tardes passadas no seu jardim, entendi o que escreve Conceição “a letra não agarra tudo o que o corpo diz.” “Imagine perseguir uma escrevivência”, revolver a terra, revolver adentro até achar a semente da palavra. Só a tocamos com a ponta dos dedos, “contar e recontar são atos marcados por sinais de incompletude” (Evaristo, 2022, p. 10).

Nós, mulheres escritoras do terceiro mundo, não temos um compromisso com a verdade, mas com a imaginação de futuros possíveis. Se a pessoa negra tem para si a tarefa de fazer do seu corpo, pertencimento (tarefa-travessia de uma vida), é em um

território físico que reside a terra de retorno? A música de Luedji Luna, *Um corpo no mundo*, musicaliza em nós a relação do corpo negro como sítio de memória:

Eu sou, um corpo, um ser, um corpo só,
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar ô
Eu sou a minha própria embarcação.
Sou minha própria sorte.
Je suis ici, ainda que eu não queira não,
Je suis ici, ainda que eu não queira mais
Je suis ici, agora.
Olhares brancos me fitam,
Há perigo nas esquinas,
E eu falo mais de três línguas
E a palavra amor, cadê?⁸
(Um corpo [...], 2017)

21 de novembro de 2023,

Se eu sou a minha própria embarcação, não é possível levar um barco sem temporais. Será que sempre teremos de escrever em meio a temporais, “lamentando a falta de tempo para trançar a escrita dentro de sua vida”, como você escreve? O que pode a literatura? Se, como você nos conta, o ato de escrever é “um ato de fazer alma”, escrever é mesmo perigoso, desafia apagamentos, tiranias, opressões. Escrever é um trabalho artesanal de muitas mãos, umas calejadas pelo tempo e ofício, outras macias que tateiam depressa, desejosas em ter o mundo na ponta da língua. Escrevemos, portanto, atentas à sabedoria das mais velhas e à imaginação brincante das mais novas. Com isso, nos aliamos a você. Se não existem palavras para descrever o que queremos, as inventamos.

A literatura, se não resolve a nossa condição de exílio, abrandá-a. Nela tecemos possibilidades de reivindicarmos casa, em que possamos nos sentar, nuas sob sol, máquina de escrever contra os joelhos. Um teto todo nosso. Escrevemos em múltiplas

⁸ <https://youtu.be/V-G7LC6QzTA?si=cpA6aRwGMFq5vUWb>

línguas, que manejamos não sem dúvidas e medos, mas com o atrevimento necessário. Por estarmos situadas fora do corpo da nação em que nascemos ou para a qual migramos, inventamos novas palavras e inserimos nossas narrativas na história. A diáspora e a migração aparecem como impulso para a escrita, algo precisa ser contado, caso contrário, corre-se o risco da deriva do esquecimento.

Analisamos que as diferentes escritas de autoria afrodiaspórica e de fronteira, situadas cada qual em um ponto dos mapas dissidentes, abarcam a potencialidade de criar um território simbólico onde haja um chão comum. Na medida em que, para algumas, não há propriamente uma terra à qual voltar e para outras, o país de morada não a reconhece como fazendo parte do corpo da nação (por exemplo para portuguesas negras como Djaimilia Almeida), a literatura é um terreno em que podemos encontrar proposições de vida, reparação e gosto semelhante ao que se espera encontrar quando se chega em casa ou se olha no espelho: ser recebida de corpo inteiro. Escrevemos para você, assim como dedicamos esta carta para minhas queridas *hermanas*⁹.

Para nós, atlânticas,
Para nós, diaspóricas,
Que não tememos mais o mar e suas travessias
E não nos afogamos mais em suas águas.
Para nós, oceânicas,
Que amamos e somos amadas
“No gozo que as águas permitem”¹⁰
(autoria própria)

Referências

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo. **Revista Serrote**, [s. l.], n. 41, 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

⁹ Expressão usada por Gloria para se referir às mulheres escritoras com quem se corresponde.

¹⁰ Frase do prefácio de Evaristo (2022, prefácio, grifo próprio): “Este livro é oferecido a todas as pessoas que se enveredam pelos caminhos da paixão e que, mesmo se resfolegando em meio a muitas pedras, não se esquecem do gozo que as águas permitem. É uma celebração ao amor e às suas demências. É ainda um júbilo à vida, que me permite embaralhar tudo: vivência e criação, vivência e escrita. Escrevivência”.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRAND, Dionne. **Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022. 136 p.

FELISBERTO, Fernanda. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constança Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 16-181.

FERREIRA, Laís Maísa.; CARBONIERI, Divanize. A representação da diáspora em Um defeito de cor. **Revista Alere**, [Tangará da Serra]. v. 20, n. 2, p. 127-152, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/4493>. Acesso em: 14 jul. 2026.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ANPOCS. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF: Anpocs, 1984, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2026.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MARTINS-BORGES, Lucienne. A escuta clínica em contexto de intervenção com imigrantes e refugiados. In: LOPEDOTE, Maria Luiza Galle; MAYORCA, Daniela Sevegnani; NEGREIROS, Dario de; GOMES, Marcela de Andrade; TANCREDI, Tomás (org.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 165-184.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRaciismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, [São Paulo]: USP, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro e Narração: Beatriz Nascimento. Angra Filmes, 1989. vídeo (131 min). Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x9h7kdi>. Acesso em: 01 jul. 2026.

PAULINO, Rosana. **Assentamento**: instalação composta por fotografias ampliadas em tecido, costuras, vídeo, bordado, entre outros elementos. Americana: Museu de Arte Contemporânea de Americana, 2013.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento. São Paulo: IMESP, 2007.

RATTS, Alex. Trajetórias intelectuais negras: as rotas de Beatriz Nascimento. **PUCviva Revista**, São Paulo, ano 7, n. 28, p. 76-81, out./dez. 2006.

RENDEIRO, Margarida; CHAVES, Rita; OLIVEIRA, Susan de; MANJATE, Teresa. Literatura de mulheres: memórias, periferias e resistências no espaço luso-afro-brasileiro. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 1-8, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/222261>. Acesso em: 14 jul. 2026.

REIS. Beatriz Nascimento: corpo negro produzindo história nos quilombos do passado e do agora. **Educação e Território**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/beatriz-nascimento-corpo-negro-produzindo-historia-nos-quilombos-do-passado-e-do-agora/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Karine de Souza; MORAIS, Pâmela Samara Vicente. Gênero, raça e interseccionalidades no processo de feminização da migração: entre silenciamentos e protagonismo de mulheres negras em Florianópolis. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [s. l.], v. 13, n. 36, p. 312-339, maio 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1231>. Acesso em: 14 jul. 2026.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Perguntar, registrar, escrever**: inquietações metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

UM CORPO no mundo. Intérprete: Luedji Luna. In: UM CORPO NO MUNDO. São Paulo: YB Music, 2017. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5uSnNITp4UvRePHXo9vGV7?si=c76e5630cc644fd9>. Acesso em: jul. 2026.

ⁱ Artigo recebido em 25/08/2025
Artigo aprovado em 07/07/2026

Dossiê Temático: Nossos corpos também são pátria. Artes, territórios e corporeidade

Organizadores/as do Dossiê: Profa. Dra. Júlia de Almeida Mello (UFES); Profa. Dra. Paula Guerra (Universidade do Porto, Portugal); Profa. Dra. Voica Pușcașiu (“Babeș-Bolyai” University, Cluj-Napoca, Romania); Profa. Dra. Angels Bronsoms (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha).

Editora-Chefe: Profa. Dra. Renata Rogowski Pozzo (UDESC).

ⁱⁱContribuições da autora: conceituação; curadoria de dados; análise formal; aquisição de financiamento; investigação; metodologia; validação; visualização; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

ⁱⁱⁱContribuições da autora: conceituação; curadoria de dados; aquisição de financiamento; metodologia; supervisão; validação; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.